

Militares deixam brecha a aviões clandestinos no território yanomami

Ministério da Defesa diz que esforço no combate ao garimpo ilegal somou 7.400 horas de voo

Vinicius Sassine

BOA VISTA O dia a dia na Terra Indígena Yanomami, a percepção de agentes de fiscalização e a constatação de integrantes do MPF (Ministério Público Federal) não deixam dúvidas: as Forças Armadas ampliaram nos últimos meses a ausência de ações de controle do garimpo ilegal no território. O movimento coincide com a retomada da força da região ilegal de ouro e cassiterita na região. Na terça-feira (10), uma operação da Polícia Federal apreendeu equipamentos utilizados por garimpeiros que atuam na área. Ninguém foi preso.

O garimpo passou a estar mais presente na região de Surucucú, onde o Exército tem um PEF (Polícia Especial de Fronteira). E passou a contar com entropos logísticos em Auaris, onde a Força também tem um PEF. Não há movimentação e articulação frequentes de militares desses postos em represália às atividades criminosas na região, que é de fronteira com a Venezuela.

As falhas do controle do espaço aéreo feito pela Aeronáutica, uma vez que aeronaves do garimpo circulam livremente pelo território. Na linha da fronteira, uma pista de pouso clandestina abriga nove aviões de pequeno porte, suspeitos de abastecer os maiores garimpos da terra yanomami.

O governo federal afirma que a pista está em território venezuelano, poucos quilômetros adentro, que impediria uma ação de repressão à estrutura criminosa. As aeronaves, porém, circulam pelo lado brasileiro, como constatarem agentes de inteligência do Itama (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis).

As Forças Armadas também desmontaram uma base de abastecimento de combustíveis que funcionava na região do Palmital. Essa base era considerada fundamental para a autonomia dos voos dos helicópteros do Itama, principal responsável pelo combate ao garimpo ilegal desde o início da operação de destruição — de retirada de não indígenas —, em fevereiro de 2023. Sem a base, desmontada no segundo semestre de 2023, os

agentes não conseguem mais percorrer longas distâncias. Auaris, a região mais distante, na fronteira com a Venezuela, não é alcançada por ações de fiscalização.

O MPF constatou que as Forças Armadas assumiram ações mais efetivas de repressão ao garimpo a partir do decreto do presidente Lula (PT), de 22 de junho de 2023, que ampliou a possibilidade de atuação dos militares no combate à atividade criminosa.

Pelo decreto, ficou permitida a atuação direta no combate aos garimpos, com patrulhamentos de área, revisitas de embarcações e prisões em flagrante. A eficiência e permanência dessas ações duraram pouco, e garimpos ressurgiram com força de setembro em diante, conforme o MPF em Roraima.

Agentes de fiscalização apontam ainda erros de estratégia em incursões da Marinha, com uso de embarcações, enquanto a repressão ao garimpo ilegal demanda ações ostensivas por ar. Não há garimpo na terra yanomami sem o abastecimento logístico por frota de aviões clandestinos.

O território é o maior do país, de difícil acesso. Incursões aéreas são imprescindíveis para esse acesso. Questionado pela Folha, o Ministério da Defesa não comentou os pontos elencados pela reportagem à pista.

Em nota, o ministério afirmou que o esforço aéreo no combate ao garimpo ilegal somou 7.400 horas de voo, o equivalente a "mais de 40 voltas na Terra".

"Os militares detiveram 165 suspeitos, entregues aos órgãos de segurança pública. Para as ações foram empregados, aproximadamente, 1.400 militares da Marinha, do Exército e da Aeronáutica", cita a nota.

As Forças Armadas fizeram 3.239 atendimentos médicos e 235 remoções aéreas de pacientes, segundo a Defesa. O apoio logístico das Forças permitiu a distribuição de 766 toneladas de alimentos e materiais aos yanomamis, o equivalente a 36,6 mil cestas de alimentos, segundo o ministério.

"Por determinação do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, as Forças Armadas vão realizar a entrega



de cestas básicas até que seja firmado contrato entre o governo federal e a iniciativa privada para fornecimento de cestas básicas, o que está previsto para ocorrer até março", disse a pasta.

A maior ausência dos militares ocorre num momento de domínio de facções criminosas em áreas de garimpos na terra indígena. Dos 20 mil invasores existentes no auge da crise, em 2022, permanecem cer

ca de 1.000, sendo uma parte mais ligada a facções, segundo agentes que atuam em ações de combate ao garimpo ilegal. Encontros entre diferentes órgãos do governo federal, feitos periodicamente, integram o Decreto (1) apontaram a ameaça de conflito da Venezuela contra a Guiana — dentro de uma disputa territorial — como justificativa para encaminhamento das ações na terra yanomami. Uma incursão de tropas por terra passaria necessariamente por Roraima. Com a retomada de força pelo garimpo, a crise humanitária dos yanomamis persiste, com piora dos indicadores de saúde nos meses que coincidem com essa retomada.

O relatório mais recente do COE (Centro de Operação de Emergências) Yanomami, vinculado ao Ministério da Saúde, mostra que 308 yanomamis — ou indígenas de subgrupos na região — morreram em 2023. Os dados vão até 31 de novembro. Mais da metade dos óbitos foi de crianças de até quatro anos. Entre as causas principais das mortes estão pneumonia, diarreia, malária e desnutrição.

PF prende suspeito do assassinato de Bruno Pereira e Dom Phillips

Raquel Lopes

BOA VISTA A Polícia Federal prendeu nesta quinta-feira (18) um homem apontado como informante e aliado do mandante do assassinato do indigenista Bruno Pereira e do jornalista britânico Dom Phillips em junho de 2023.

O nome do suspeito não foi divulgado, mas a Folha apurou que se trata de Ilário Freitas de Souza, conhecido por ser braço direito de Babu Dario da Silva Villar, o Colômbia, acusado de liderar uma organização criminosa de pesca ilegal na região do Vale do Javari.

O mandado de prisão foi expedido pela 1ª Vara Criminal de Tabatinga (AM), responsável pela investigação. Mais cedo, o ministro da Justiça e Segurança Pública, Flávio Dino, antecipou pelas redes sociais que mais uma pessoa envolvida no assassinato havia sido presa.

Segundo a investigação, os executores do crime foram Amarildo Oliveira, o Pedalo; Osney de Oliveira, o Don Santos (irmão de Amarildo); e Jefferson da Silva Lima, o Pelado da Linha.

Em outubro de 2023, a Justiça Federal no Amazonas acusou a denúncia do MPF (Ministério Público Federal) e determinou que os três sejam levados a julgamento. Na época, a defesa deles declarou que "a decisão é omnia e contraditória com o que há no processo" e que iria recorrer.

Na decisão, o juiz federal Wendelson Pereira Pessoa, da Vara Federal de Tabatinga, citou três agravantes dos crimes cometidos: a existência de uma emboscada, motivo torpe e tentativa de assegurar a impunidade de um crime.

Ainda no âmbito da PF, a investigação indicou que o mandante é Colômbia. Ele foi preso inicialmente em julho de 2022 por posse de documento falso, ao se apresentar à polícia. Pagou fiança e foi colocado em liberdade, mas voltou a ser preso em dezembro do mesmo ano. Bruno e Dom foram mortos quando navegavam pelo rio Itaquí, na parte de fora da Terra Indígena Vale do Javari, na fronteira do Brasil com Peru e Colômbia.

Entrega de 34 mil cestas básicas para indígenas encalha

João Gabriel

BRASÍLIA Em nenhum dos meses de 2023 o governo Lula (PT) conseguiu cumprir a meta necessária de distribuição de cestas básicas aos indígenas yanomamis, missão cujo sucesso dependa diretamente do empenho das Forças Armadas, mas que sofreu com a falta de "constância mínima de esforço" dos militares. Este é o diagnóstico descrito em dezenas de documentos internos obtidos pela Folha e que revelam os gargalos da operação na Terra Indígena Yanomami, que quase um ano após o decreto de emergência sanitária não chegou a acabar com o problema da desnutrição e do garimpo ilegal.

Os papéis descrevem, desde a elaboração do plano logístico para atendimento aos indígenas até a derrocada da operação com a desmobilização das Forças Armadas em março, mas não houve resposta até a conclusão desta edição — março e agosto —, a operação conseguiu distribuir mais de 2.500 cestas de alimentos, e só no primeiro trimestre, mais de 6.000. Houve

na (Fundação Nacional dos Povos Indígenas) calculou que seriam necessárias 9.000 cestas por mês para garantir o suprimento alimentar aos povos. Cerca de 8.500 unidades precisariam ser entregues por meio aéreo, com apoio da FAB (Força Aérea Brasileira). Relatórios indicam que o governo nem chegou perto de atingir a meta.

Procurada, a Defesa disse que foram "766 toneladas de alimentos e materiais transportados, o que ultrapassou a meta de 36,6 mil cestas de alimentos distribuídas" no âmbito da operação, com cerca de 7.400 horas de voo, o que equivale a mais de 40 voltas na Terra".

Em nota, o ministério disse que foram "766 toneladas de alimentos e materiais transportados, o que ultrapassou a meta de 36,6 mil cestas de alimentos distribuídas" no âmbito da operação, com cerca de 7.400 horas de voo, o que equivale a mais de 40 voltas na Terra".

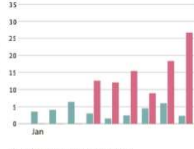
Em nota, o ministério disse que foram "766 toneladas de alimentos e materiais transportados, o que ultrapassou a meta de 36,6 mil cestas de alimentos distribuídas" no âmbito da operação, com cerca de 7.400 horas de voo, o que equivale a mais de 40 voltas na Terra".

Entrega de alimentos ao povo yanomami despencou ao longo de 2023, com queda das ações das Forças Armadas na região

Em milhares

■ Cestas básicas entregues

■ Acumulado em estoque



Fonte: Relatório da Operação Yanomami

uma derrocada drástica em dezembro, com pouco mais de 500 pacotes entregues, o pior número de 2023.

"Quando as Forças Armadas aplicaram seus maiores esforços na operação, o resultado esteve próximo da quantidade satisfatória", diz um relatório operacional.

Por outro lado, "o esforço aplicado pelas Forças Armadas no âmbito da distribuição via aérea teve grandes oscilações", e, apesar dos outros imprevistos, "fato é que não

houve constância mínima de esforço para garantir, mesmo que limitadas, entregas frequentes de cestas, principalmente nos territórios e aldeias mais vulneráveis à exposição da violência e do garimpo".

Um desses locais é Auaris, região que a Folha visitou no início deste mês e constatou que o garimpo recuperou força no território e a desnutrição passou a fazer parte do cotidiano dos indígenas.

A operação na Terra Indígena Yanomami começou em janeiro de 2023, quando o governo Lula decretou estado de emergência sanitária na região, em razão da desnutrição e da malária, resultado da presença do garimpo ilegal.

Em um novo relatório de cumprir as promessas feitas um ano atrás, no último dia 9, o ministro da Saúde, Marcelo Freixo, anunciou que o governo federal trabalha em propostas para a operação da região, o resultado esteve próximo da quantidade satisfatória, diz um relatório operacional.

Por outro lado, "o esforço aplicado pelas Forças Armadas no âmbito da distribuição via aérea teve grandes oscilações", e, apesar dos outros imprevistos, "fato é que não

por outros órgãos.

Relatos de pessoas envolvidas na operação ponderam que as Forças Armadas precisaram deslocar efetivo para outras emergências durante o ano, como as chuvas no Sul ou a seca no Norte do país. Condições meteorológicas adversas e pistas de pouso precárias também são citadas como empecilhos.

Os relatórios obtidos pela Folha mostram que, no decorrer do ano, a incapacidade de entrega das cestas básicas criou um passivo de 37,2 mil delas encalhadas em novembro de 2023.

Em dezembro, o acumulado caiu para 34 mil. A solução foi enviar grande parte disso para outras regiões do país, mas na virada do ano mais de 14 mil ainda esperavam ser entregues até março.

A Defesa afirmou que "as Forças Armadas vão realizar a entrega de cestas básicas até que seja firmado contrato entre o governo federal e a iniciativa privada".